CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2723/80
INTERESSADO: FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BARRETOS
ASSUNTO : Inclusão da habilitação em "Atribuições Tecnológicas" no Curso de Bacharelado em Química.
RELATOR : Cons. Tharcísio Damy de Souza Santos
PARECER CEE Nº 1442/81 - CTG - Aprovado em 02/09/81.

I- RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

A Diretora da Faculdade de Ciências de Barretos dirigiu-se a este Conselho para solicitar a inclusão da Habilitação "Atribuições Tecnológicas" do atual Curso de Bacharel com habilitação em Química.

Na solicitação feita, argumentou "...a atual conjuntura da nossa evolução científica e tecnológica projeta-se como um quadro de amplas e variadas opções, importantes e úteis, oriundas de empresas / privadas e públicas a que o atual Bacharel em Química virá atender / com as qualificações que a ele seriam conferidas pelas "Atribuições / Tecnológicas" de nossa proposta.

Declarou, ainda que as "Atribuições Tecnológicas", a que se referiria a nova Habilitação, eram previstas, na Resolução Normativa nº 36, de 25 de abril de 1974, do Conselho Federal de Química.

Por fim, declarou que "em relação à viabilidade da inclusão, cumpre-nos informar que as condições atuais do ensino teórico e / prático da nossa Faculdade, enriquecidas com aquisições já programadas para atender às disciplinas constantes das "Atribuições Tecnológicas", darão perfeita abertura às características do curso, desenvolvido por professores devidamente habilitados, conforme propostas que estamos enviando, em anexo, para aprovação desse Conselho."

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Faculdade de Ciências de Barretos mantém o Curso de Licenciatura Plena em Matemática, em Física e em Química (com essas três Habilitações) em consequência da aprovação do Parecer CEE nº 3400/75, que modificou a estrutura anterior de três licenciaturas distintas, em consequência da unificação trazida pela Resolução CFE nº 30/74, de 11/07/1974, que "fixa os mínimos de conteúdo e duração a observar em

PROCESSO CEE Nº 2723/80 - PARECER CEE Nº 1442/81 - fls.2.

curso de Licenciatura em Ciências". Essa nova estrutura estabeleceu um "tronco comum" para as três Habilitações referidas e caracteriza das pelas matérias Matemática, Física, Química, Elementos de Geologia e Biologia, cada uma das três Habilitações sendo caracterizadas por outras matérias; destas, as de Química são; Matemática, Física, Química Geral, Química Inorgânica, Química Orgânica e Biológica.

A Faculdade de Ciências de Barretos teve sua estrutura / didática, consoante essa modificação do currículo mínimo, aprovada / pelo Parecer nº 0649/80, de 23/04/1980, de autoria de eminente Cons. Eurípedes Malavolta.

A Faculdade mantém igualmente Curso de Bacharelado, compreendendo na realidade apenas duas disciplinas características (Análise Instrumental e Físico-Química Experimental), ambas localizadas em uma nova 5a. série (regime anual). O Curso de Licenciatura / Plena, para qualquer das Habilitações referidas, é desenvolvido em 4 séries anuais.

Na proposta da Faculdade, seriam implantadas as seguintes novas disciplinas:

Desenho Técnico (na 4a. série);
Bioquímica Industrial (na 5a. série);
Operações Unitárias (na 5a. série);
Tecnologia Orgânica (na 5a. série);
Tecnologia Geral e Inorgânica (na 5a. série);
Economia e Organização Industrial (na 5a. série);
Higiene e Segurança Industrial (na 5a. série).

Este Conselho, na instrução do pedido, solicitou ao Conselho Federal de Química cópia do texto da referida "Resolução Normativa nº 36", de 25/04/1974, que dispõe sobre as atribuições profissionais para exercício da profissão.

A Resolução recebida por cópia (fls. 8 a 14 do processo) substitui a anterior, nº 26, e em face das atribuições que foram especificadamente atribuídas àquele Conselho de regulamentação de atividades profissionais (Lei nº 2800, de 18/06/1956) dispõe, de início (Artigo 4º) sobre três estruturas diversas às quais correspondem atribuições diferentes e definidas: a) a de "Química", b) a de "Química Industrial", e a c) a de "Engenharia Química".

De acordo com os currículos cumpridos em cada caso, terão os diplomados respectivo direito ao exercício profissional quanto às atribuições que são enumeradas no Art.1º, estabelecendo ainda o Art. 8º que;

"Art. 8º - Os currículos dos cursos para profissionais de Química, mantidos pelas diferentes instituições educacionais, serão examinados pelo Conselho Federal de Química que especificará as atividades profissionais correspondentes, na proporção em que os mesmos atenderem aos currículos por ele explicitados, para serem atribuídas, pelos Conselhos Regionais de Química, aos diplomados por estes Cursos".

Em face de algumas dúvidas surgidas na aplicação dessa Resolução, resolveu aquele Conselho, pela Resolução Ordinária nº 1511, de 12/12/1975 (fls.28 a 31 do Processo) definir melhor as matérias / constantes dos currículos mínimos englobados naqueles três graus distintos.

Assim, o Art. 3º desta última Resolução definiu o conteúdo da matéria "Química Industrial", bem como de "Desenho Técnico", de "Operações Unitárias" e as chamadas "Complementares" (Estatística, Economia e Organização Industrial, Higiene e Segurança Industrial), / bem como as cargas didáticas que deveriam corresponder, através da / fixação de número relativo de créditos. O artigo seguinte -4º- dispõe que, atendidas aquelas exigências, o diplomado terá direito ao exercício pleno das atribuições profissionais dos artigos 4º e 6º da referida Resolução nº36, isto é, as de "Química" a de "Química Industrial".

Feita esta explicação, fica patente que a chamada "Habilitação em Atribuições Tecnológicas" na realidade não existe como modalidade de ensino de Ciências na área de Química, Significa que o Licenciado ou Bacharel cursou e foi aprovado em um elenco determinado/ de determinadas disciplinas, e com determinada carga didática de disciplinas específicas ou de Curso de Química Industrial ou de Engenharia Química, e que por isso e se a análise a ser feita por aquele / Conselho de regulamentação de atividades profissionais evidenciar / sua consonância com aqueles objetivos, conforme esclarece o parágrafo único do artigo 4º, a ele serão deferidas atribuições profissionais mais amplas, características do curso de Química Industrial.

Enfatizando, não se pode conceber, sem grave distorção da estrutura de ensino, que uma Faculdade de Ciências e que mantenha entre outras Licenciaturas Plenas a de Química institua uma Habilitação "sui-generis", criando disciplinas fora e estranhas a sua estrutura, para, dessa forma, ver ampliadas as atribuições de seus diplomados, que, habilitados que fossem a exercer a atividade de "Química", passassem à de "Química Industrial".

É de se ver que todas as disciplinas constantes daquelas

matérias são disciplinas ou de cursos especiais de Química Industrial (hoje quase desaparecidos no Brasil) ou características de cursos de Engenharia Química. São, sem exceção, disciplinas incluídas naqueles cursos (e mesmo as disciplinas da área econômica são disciplinas de cursos de Engenharia e não de Faculdade de Ciências).

Algumas dentre as Escolas de Engenharia que mantêm - curso de Engenharia Química admitem, sob determinadas condições, alunos diplomados em Química, de determinadas Escolas, para nelas obterem os conhecimentos num elenco mais amplo de disciplinas específicas daquelas áreas especificadas nas Resoluções citadas do Conselho Federal de Química, Por exemplo, a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, desde 28/10/1965 e autorizada pela Portaria GR-283, daquela data, pode receber determinado número de diplomados pelo Instituto de Química da USP para cursar determinado conjunto de disciplinas de seu Curso de Engenharia Química, com aquele objetivo.

É de se lembrar que o exercício profissional no domínio da Química está afeto ao Conselho Federal de Química, em consequência da Lei nº 2.800 que regulamentou aquelas atividades. Nessas - condições, escapa ao exame deste Conselho a competência para decidir se um dado conjunto de disciplinas satisfaz ou não aos critérios que tenham sido estabelecidos com esse objetivo por aquele Conselho, em face do que dispõe o art. 8º de sua Resolução normativa nº 36.

A Faculdade de Ciências de Barretos não mantém Curso de Engenharia Química (embora tenha curso de Engenharia de Alimentos), sendo seu currículo bastante diferente do de unidade de ensino que incluía aquela modalidade de ensino, caracterizado por extenso conjunto de disciplinas específicas da área de Química Tecnológica (e não - de Tecnologia Geral e Inorgânica, como impropriamente figura na solicitação). Não pode, portanto, pretender instituir uma nova Habilitação, a de "Atribuições Tecnológicas", que nenhum amparo encontra na legislação.

II - CONCLUSÃO

Nega-se autorização para a Faculdade de Ciências de Barretos instituir "Habilitação em Atribuições Tecnológicas" no domínio de Licenciatura ou no de Bacharelado de Ciências, Habilitação em Química.

São Paulo, 4 de agosto de 1981.

a) Cons. Tharcísio Damy de Souza Santos
Relator

A Câmara do ensino do Terceiro Grau aprovou o Parecer acima com a seguinte conclusão:

"I - Nega-se autorização para a Faculdade de Ciências de Barretos instituir "Habilitação em Atribuições Tecnológicas" no domínio de Licenciatura ou no de Bacharelado de Ciências, Habilitação em Química.

II - Se a Faculdade pretender, propriamente, o enriquecimento do currículo do atual curso de bacharelado em Química, poderá voltar ao Conselho Estadual de Educação, mas, com a necessária justificativa da introdução de novas disciplinas complementares, o que / deixou de ser feito.

No caso, haveria uma alteração de um dos anexos do Regimento da Faculdade, a que se refere a Deliberação-CEE nº 34/75 " .

A conclusão foi aprovada, por maioria, contra os votos / dos Conselheiros Tharcísio Damy de Souza Santos e Armando Octávio / Ramos, no que se refere ao seu item II.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpíolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Erwin Theodor Rosenthal, Célio Benevides de Carvalho, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Tharcísio Damy de Souza Santos e Eurípedes Malavolta.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, 5.8.81.

a) Cons. Paulo Gomes Romeo - Presidente.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 2 de setembro de 1981

a) Consº. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente